

# **Manual de Direito Processual do Trabalho**

- 1<sup>a</sup> edição — Fevereiro, 2008
- 1<sup>a</sup> edição — 2<sup>a</sup> tiragem, setembro, 2008
- 2<sup>a</sup> edição — Fevereiro, 2009
- 3<sup>a</sup> edição — Fevereiro, 2010
- 4<sup>a</sup> edição — Janeiro, 2011
- 4<sup>a</sup> edição — 2<sup>a</sup> tiragem, agosto, 2011
- 5<sup>a</sup> edição — Fevereiro, 2012
- 5<sup>a</sup> edição — 2<sup>a</sup> tiragem, setembro, 2012
- 6<sup>a</sup> edição — Janeiro, 2013
- 6<sup>a</sup> edição — 2<sup>a</sup> tiragem, setembro, 2013
- 7<sup>a</sup> edição — Janeiro, 2014

---

## **MAURO SCHIAVI**

Juiz Titular da 19<sup>a</sup> Vara do Trabalho de São Paulo.  
Mestre e Doutor em Direito das Relações Sociais pela PUC/SP.  
Professor Universitário (Graduação e Pós-Graduação).  
Professor Convidado dos Cursos de Pós-Graduação da PUC/SP (COGEAE),  
Escola Paulista de Direito (EPD), Faculdade de Direito de Sul de  
Minas (FDSM) e Rede LFG (NTC) e ESA (Escola Superior de Advocacia).  
Professor Convidado das Escolas Judiciais dos TRTs das 2<sup>a</sup>, 5<sup>a</sup>, 6<sup>a</sup>, 7<sup>a</sup>,  
17<sup>a</sup>, 20<sup>a</sup> e 22<sup>a</sup> Regiões.

---

# **Manual de Direito Processual do Trabalho**

**7<sup>a</sup> Edição**



**LTR<sup>®</sup>**



**EDITORIA LTDA.**

© Todos os direitos reservados

Rua Jaguaribe, 571

CEP 01224-001

São Paulo, SP – Brasil

Fone: (11) 2167-1101

[www.ltr.com.br](http://www.ltr.com.br)

Produção Gráfica e Editoração Eletrônica: Peter Fritz Strotbek

Projeto de Capa: Fabio Giglio

Impressão:

LTr 4994.9

Janeiro, 2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

---

Schiavi, Mauro

Manual de direito processual do trabalho / Mauro Schiavi. — 7. ed.

— São Paulo : LTr, 2014.

Bibliografia.

ISBN 978-85-361-2764-4

1. Direito processual do trabalho 2. Direito processual do trabalho  
— Brasil I. Título.

---

13-13456

CDU-347.9:331

Índice para catálogo sistemático:

1. Direito processual do trabalho 347.9:331

#### **DEDICATÓRIA:**

*À Angélica Cabral Schiavi, pelo amor, estímulo, inspiração e carinho demonstrados durante a elaboração deste livro.*

*À minha família: Ida Santoro Schiavi (in memoriam), Alexandre Schiavi e Alexandre Schiavi Júnior, por tudo que representam na minha vida.*



## AGRADECIMENTOS:

*A Armando Casimiro Costa Filho, pela confiança neste trabalho e pelo profissionalismo e entusiasmo com que divulga a cultura jurídica.*

*A Mara Batista Paixão e toda a sua equipe, pelo cuidado, profissionalismo e competência na editoração desta obra.*

*Ao Lacier José de Rezende, pela amizade e pelo incentivo na elaboração do livro.*

*À Lucélia, do Curso Robortella, pelo incentivo e pela confiança no nosso trabalho.*

*A Leonel Maschietto e Sidnei Freire, pela amizade e incentivo na elaboração deste trabalho.*

*Aos caros Samuel Brandão e Beatriz de Lourdes Antonio, pelo incentivo e ajuda na divulgação desta obra.*



---

# Sumário

Nota à sétima edição .....	29
Nota à sexta edição.....	31
Nota à quinta edição .....	33
Nota à quarta edição.....	35
Nota à terceira edição.....	37
Nota à segunda edição.....	39
Apresentação .....	41

## **Capítulo I – Teoria Geral do Direito Processual do Trabalho**

1. Do conflito trabalhista .....	43
2. Das formas de solução dos conflitos trabalhistas .....	45
3. Da conciliação.....	49
3.1. Homologação de transação extrajudicial pelo Juiz do Trabalho .....	52
3.2. Consequências da supressão da expressão “conciliar e julgar” do art. 114 da CF.....	52
4. Das comissões de conciliação prévia .....	53
4.1. Conceito .....	53
4.2. Obrigatoriedade ou facultatividade? .....	54
4.3. Efeitos da transação na Comissão de Conciliação Prévia (eficácia da quitação) .....	60
5. Arbitragem no Direito Processual do Trabalho.....	62
6. Da jurisdição.....	69
6.1. Da lide .....	69
6.2. Da pretensão.....	69
6.3. Da demanda.....	69
6.4. Do conceito e das características da jurisdição .....	70
6.5. Princípios da jurisdição.....	71
6.6. Espécies de jurisdição .....	72
7. Do processo .....	72
7.1. Dos pressupostos processuais .....	74
8. Da ação .....	76
8.1. Conceito .....	76
8.2. Das condições da ação.....	78
8.3. Interesse processual.....	80

8.4. Legitimidade.....	81
8.5. Possibilidade jurídica do pedido .....	82
8.6. Teoria da asserção quanto às condições da ação .....	82
8.7. Da avaliação das condições da ação no Processo do Trabalho e a postura do Juiz do Trabalho. Aplicação da teoria da asserção .....	83
8.8. Da carência da ação.....	85
9. Do mérito do processo.....	86
10. Dos princípios constitucionais do processo .....	86
10.1. Dos princípios constitucionais do processo em espécie.....	91
10.1.1. Devido processo legal.....	91
10.1.2. Princípio do Juiz e do Promotor Natural .....	93
10.1.3. Princípio da igualdade.....	95
10.1.4. Princípio da inafastabilidade da jurisdição.....	95
10.1.5. Princípio do contraditório e ampla defesa.....	97
10.1.6. Princípio do duplo grau de jurisdição.....	98
10.1.7. Princípio da motivação das decisões judiciais.....	99
10.1.8. Princípio da publicidade .....	100
10.1.9. Princípio da vedação da prova ilícita.....	101
10.1.10. Princípio da duração razoável do processo .....	102
11. Princípios do Processo Civil previstos na Lei Ordinária e que são aplicáveis ao Processo do Trabalho .....	107

## **Capítulo II – Do Direito Processual do Trabalho**

1. Conceito de Direito Processual do Trabalho .....	112
2. Posição enciclopédica do Direito Processual do Trabalho. Autonomia do Direito Processual do Trabalho.....	115
3. Dos princípios peculiares do Direito Processual do Trabalho .....	121
3.1. Protecionismo temperado ao trabalhador .....	121
3.2. Informalidade .....	124
3.3. Conciliação.....	124
3.4. Celeridade.....	126
3.5. Simplicidade .....	126
3.6. Oralidade .....	126
3.7. Majoração dos poderes do Juiz do Trabalho na direção do processo .....	131
3.8. Subsidiariedade.....	132
3.9. Função social do Processo do Trabalho.....	132
3.9.1. Princípio da Normatização Coletiva.....	134
4. Das fontes do Direito Processual do Trabalho .....	135
5. Interpretação do Direito Processual do Trabalho .....	141
5.1. Regras de interpretação constitucional .....	145

6. Da aplicação subsidiária do Direito Processual Civil ao Direito Processual do Trabalho e as lacunas da CLT .....	148
7. Da vigência da norma processual trabalhista e as regras de direito intertemporal.....	160
8. Processos em curso oriundos das Justiças Estadual e Federal quando da vigência da EC n. 45/04 e as regras de direito intertemporal .....	161
9. Das espécies de procedimentos no Processo do Trabalho .....	163
10. Do procedimento para as ações que não envolvam parcelas trabalhistas <i>stricto sensu</i> .....	163

## **Capítulo III – Organização da Justiça do Trabalho Brasileira**

1. Referências históricas e evolução da Justiça do Trabalho .....	167
2. Dos órgãos da Justiça do Trabalho.....	173
3. Das garantias da Magistratura do Trabalho .....	173
4. Do acesso à Magistratura do Trabalho .....	175
5. Do Juiz do Trabalho e das Varas do Trabalho .....	180
6. Dos Tribunais Regionais do Trabalho .....	181
7. Do Tribunal Superior do Trabalho.....	183
8. Dos serviços auxiliares da Justiça do Trabalho .....	184
8.1. Dos distribuidores .....	186

## **Capítulo IV – Do Ministério Público do Trabalho**

1. Conceito e origem.....	188
2. Princípios do Ministério Público .....	189
3. Do Ministério Público do Trabalho .....	190
4. Da prerrogativa do Procurador do Trabalho de sentar-se ao lado do Juiz do Trabalho nas audiências trabalhistas.....	192
5. Da competência do Ministério Público do Trabalho .....	192
6. Formas de atuação do Ministério Público do Trabalho .....	193
6.1. Judicial .....	193
6.1.1. Qualidade de parte ou agente.....	193
6.1.2. Fiscal da lei ( <i>custos legis</i> ) ou interveniente .....	195
6.2. Extrajudicial .....	196
6.2.1. Inquérito Civil Público .....	197
6.2.2. Termo de Ajuste de Conduta .....	198

## **Capítulo V – Competência da Justiça do Trabalho**

1. Do conceito de competência.....	201
2. Competência material da Justiça do Trabalho brasileira após a EC n. 45/04 e competência em razão da pessoa .....	204
3. Da competência material da Justiça do Trabalho.....	207
3.1. Controvérsias oriundas e decorrentes da relação de trabalho.....	207
3.1.1. Do conceito de relação de trabalho .....	207
3.2. Competência da Justiça do Trabalho para apreciar as lides oriundas da relação de trabalho .....	210
3.2.1. Trabalhador autônomo .....	216

3.2.2. Trabalhador eventual.....	216
3.2.3. Trabalhador avulso .....	217
3.2.4. Empregados de Cartórios Extrajudiciais .....	218
3.3. Competência da Justiça do Trabalho para as relações de trabalho que configuram relação de consumo .....	220
3.4. Servidor público. Relação estatutária .....	224
3.4.1. Contratação temporária pela Administração Pública.....	226
3.5. Os contratos de empreitada e a pequena empreitada.....	229
3.6. Contratos de prestação de serviços .....	231
3.7. Entes de direito público externo .....	233
3.8. Outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho (inciso IX do art. 114 da CF) ....	236
4. Competência para as ações que envolvem o exercício do direito de greve .....	238
4.1. Da competência da Justiça do Trabalho para o julgamento da greve dos servidores públicos.....	240
4.2. Ações possessórias e interdito proibitório que decorre da greve.....	243
4.3. Ações indenizatórias que decorrem da greve .....	246
5. Ações sobre representação sindical.....	246
6. <i>Habeas corpus</i> .....	250
7. Mandado de Segurança.....	254
8. <i>Habeas data</i> .....	256
9. Competência penal da Justiça do Trabalho .....	257
10. Ações de indenização por danos morais e patrimoniais decorrentes da relação de trabalho ....	263
10.1. Danos na fase pré-contratual.....	265
10.2. Danos na fase pós-contratual .....	266
10.2.1. Competência da Justiça do Trabalho para os pedidos de complementação de aposentadoria.....	267
10.3. Da competência da Justiça do Trabalho para apreciação dos danos morais e materiais decorrentes do acidente de trabalho.....	270
10.4. Competência da Justiça do Trabalho para apreciar o dano moral em ricochete.....	274
11. Penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos da fiscalização do trabalho.....	278
11.1. Execução fiscal das multas decorrentes da fiscalização do trabalho .....	281
11.2. Órgãos de fiscalização do exercício de profissões regulamentadas.....	282
11.3. Ações sobre o FGTS movidas em face da CEF .....	282
12. Execução, de ofício, das contribuições sociais das sentenças que proferir .....	283
13. Da competência territorial da Justiça do Trabalho brasileira.....	288
13.1. Empregado brasileiro que trabalha no estrangeiro.....	295
13.2. Foro de eleição na Justiça do Trabalho.....	297
14. Competência funcional da Justiça do Trabalho .....	298
14.1. Competência funcional das Varas.....	300
14.2. Competência funcional dos Tribunais Regionais do Trabalho .....	301
14.3. Competência funcional do Tribunal Superior do Trabalho .....	303
15. Da modificação da competência na Justiça do Trabalho .....	306
16. Conflitos de competência entre órgãos que detêm jurisdição trabalhista .....	308

## **Capítulo VI – Das Partes e Procuradores no Processo do Trabalho**

1. Conceito de parte.....	311
2. Da capacidade para ser parte na Justiça do Trabalho.....	312
3. Da representação e assistência das partes na Justiça do Trabalho .....	314
4. Da representação do empregado menor de 18 anos na Justiça do Trabalho.....	316
5. Da capacidade postulatória da parte na Justiça do Trabalho — <i>O jus postulandi</i> da parte na Justiça do Trabalho. Aspectos críticos e perspectivas .....	317
6. Sucessão das partes no Processo do Trabalho.....	321
7. Da substituição processual (legitimidade extraordinária) .....	323
8. A substituição processual pelo sindicato no Direito Processual do Trabalho.....	325
8.1. Do rol de substituídos .....	333
8.2. Liquidação e execução da decisão genérica.....	335
8.3. Substituição processual e interrupção da prescrição .....	342
9. Da regularização da representação processual.....	343
10. Do litisconsórcio no Processo do Trabalho.....	344
10.1. Conceito .....	344
10.2. Do litisconsórcio previsto na CLT .....	347
10.3. Do litisconsórcio necessário no Processo do Trabalho .....	348
10.4. Intervenção <i>iussu iudicis</i> .....	349
10.5. Litisconsórcio multitudinário .....	350
10.6. Prazo em dobro para os litisconsortes com patronos diferentes (art. 191 do CPC) .....	351
11. Do advogado na Justiça do Trabalho .....	352
12. Da procuração.....	354
13. Da procuração <i>apud acta</i> .....	356
14. Dos honorários advocatícios na Justiça do Trabalho que decorrem da sucumbência .....	358
15. Dos honorários advocatícios previstos no Código Civil de 2002 e o Processo do Trabalho.....	363
16. Da assistência judiciária e justiça gratuita no Processo do Trabalho.....	367
16.1. Do deferimento da justiça gratuita ao empregador .....	369
17. Dos deveres das partes e procuradores .....	373
18. Da litigância de má-fé no Processo do Trabalho .....	376
19. Da possibilidade de condenação solidária do advogado por litigância de má-fé .....	378
20. Do assédio processual.....	381
20.1. Da reparação do assédio processual no âmbito trabalhista.....	391

## **Capítulo VII – Da Intervenção de Terceiros no Direito Processual do Trabalho**

1. Da intervenção de terceiros e princípios que a orientam.....	394
2. Da compatibilidade da intervenção de terceiros com o procedimento trabalhista .....	395
3. Das espécies de intervenção de terceiros e sua aplicabilidade no Direito Processual do Trabalho...	400
3.1. Assistência .....	400
3.2. Nomeação à autoria.....	401

3.3. Oposição.....	403
3.4. Oposição em dissídio coletivo de natureza econômica.....	405
3.5. Denunciação da lide.....	408
3.6. Chamamento ao processo .....	414

## **Capítulo VIII – Dos Atos Processuais**

1. Conceito de atos e fatos processuais.....	417
2. Princípios dos atos processuais no Processo do Trabalho .....	418
2.1. Publicidade.....	419
2.2. Limites temporais.....	419
2.3. Forma .....	420
2.4. Documentação.....	420
2.5. Preclusão .....	420
3. Da prática dos atos processuais por meios eletrônicos e processo judicial eletrônico .....	422
3.1. Da Resolução n. 94/12 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho: institui o Sistema de Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho — PJe-JT .....	427
4. Termo processual.....	442
5. Dos prazos processuais.....	442
6. Da contagem dos prazos processuais.....	444
7. Privilégios de prazo .....	446
8. Da comunicação dos atos processuais trabalhistas: citação, notificação e intimação.....	447
8.1. Da comunicação dos atos processuais por intermédio de Cartas Precatórias, Rogatórias e de Ordem .....	449
9. Das despesas processuais no Processo do Trabalho.....	450
9.1. Custas processuais e emolumentos .....	451
10. Da suspensão do processo .....	453

## **Capítulo IX – Das Nulidades no Direito Processual do Trabalho**

1. Conceito e espécies.....	456
2. Princípios das nulidades .....	457
2.1. Prejuízo ou transcendência .....	457
2.2. Princípio da instrumentalidade das formas.....	458
2.3. Princípio da convalidação .....	459
2.4. Princípio da renovação dos atos processuais viciados ou saneamento das nulidades ....	461
2.5. Princípio do aproveitamento dos atos processuais praticados .....	462
2.6. Princípio do interesse .....	462

## **Capítulo X – Da Prescrição no Direito Processual do Trabalho**

1. Conceito e distinção com a decadência .....	464
2. Causas de interrupção, impedimento e suspensão da prescrição e o Processo do Trabalho...	467
3. Prescrição na ação declaratória no Processo do Trabalho.....	472
4. Da prescrição intercorrente.....	473
5. Do momento da arguição da prescrição no Processo do Trabalho .....	478

6. Reconhecimento da prescrição de ofício no Direito Processual do Trabalho e aplicabilidade do § 5º do art. 219 do CPC.....	479
7. Prescrição aplicável para as ações que não envolvem uma parcela trabalhista <i>stricto sensu</i> e das ações em curso que vieram para o Judiciário Trabalhista.....	485
8. Da prescrição do dano moral decorrente da relação de trabalho.....	487
9. Prescrição dos danos materiais e morais decorrentes do acidente de trabalho .....	490
10. O não decurso do prazo prescricional enquanto a responsabilidade pelo fato lesivo estiver sendo apurada no juízo criminal .....	494
11. Regras de transição da prescrição e processos em curso oriundos da Justiça Comum para a Justiça do Trabalho e as regras de direito intertemporal quanto às reparações civis pelo acidente de trabalho.....	497

## **Capítulo XI – Da Petição Inicial no Direito Processual do Trabalho**

1. Conceito e fundamentos.....	503
2. Requisitos da petição inicial trabalhista .....	505
3. Requisitos da inicial trabalhista exigidos pela CLT .....	506
4. Efeitos processuais da inicial .....	519
5. Da emenda e aditamento da inicial no Processo do Trabalho .....	519
6. Documentos que devem acompanhar a inicial trabalhista .....	521
7. Do indeferimento da petição inicial no Processo do Trabalho .....	521
8. Da inépcia da inicial trabalhista .....	524
9. Do recurso em face do indeferimento liminar da inicial no Processo do Trabalho.....	525

## **Capítulo XII – Da Audiência Trabalhista**

1. Conceito .....	527
2. Princípios da audiência trabalhista.....	529
3. Peculiaridades da audiência trabalhista.....	535
4. O procedimento da audiência trabalhista quando há o comparecimento do Juiz do Trabalho e das partes .....	539
5. Da condução da audiência pelo Juiz do Trabalho: ordem da oitiva das partes e testemunhas ..	542
6. Da importância do comparecimento das partes no Processo do Trabalho .....	542
6.1. Do atraso das partes e do Juiz do Trabalho à audiência .....	544
7. Da ausência do advogado .....	547
8. Da ausência do reclamante e a possibilidade de representação do empregado .....	548
9. Da possibilidade de aplicação da confissão ao reclamante ausente à audiência em prosseguimento.....	551
10. Da ausência do reclamado .....	553
11. Nomeação de curador especial para o reclamado revel .....	555
12. Ausência do reclamante e do reclamado.....	556
13. Da ausência do reclamado e presença do advogado (Súmula n. 122 do TST) .....	557
14. Da representação do reclamado em audiência. Efeitos. Condição de empregado do preposto. Súmula n. 377 do C. TST e efeitos .....	560
15. Efeitos processuais da representação do empregador por preposto que não ostenta a qualidade de empregado .....	568

## **Capítulo XIII – Da Revelia no Direito Processual do Trabalho**

1. Introdução .....	570
2. Do conceito de revelia no Direito Processual Civil e no Direito Processual do Trabalho .....	571
3. Dos efeitos da revelia no Direito Processual do Trabalho.....	574
4. Revelia e confissão no Direito Processual do Trabalho.....	576
5. Elisão da revelia no Direito Processual do Trabalho.....	578
5.1. Nulidade da citação.....	578
5.2. Ausência motivada do preposto .....	580
6. Hipóteses de não aplicabilidade dos efeitos da revelia no Direito Processual do Trabalho....	581
6.1. Havendo pluralidade de réus, um deles contestar a ação.....	581
6.2. Se o litígio versar sobre direitos indisponíveis (art. 351 do CPC) .....	583
6.3. Se a petição inicial não estiver acompanhada de documento essencial .....	584
7. A revelia e a pessoa jurídica de direito público .....	585
8. A revelia quando há necessidade de prova pericial .....	586
9. O Juiz do Trabalho diante da revelia .....	587

## **Capítulo XIV – Da Resposta**

1. Conceito .....	591
2. Da contestação.....	592
2.1. Das preliminares da contestação .....	598
2.2. Da compensação e da retenção como matérias de defesa.....	603
2.3. Matérias que podem ser invocadas após a contestação .....	604
2.4. Da ordem de enumeração da matéria defensiva.....	606
3. Das exceções .....	606
3.1. Exceções de impedimento e suspeição.....	607
3.2. Procedimento das exceções de impedimento e suspeição.....	609
3.3. Exceção de incompetência .....	611
4. Da reconvenção .....	614
4.1. Conceito e requisitos de admissibilidade .....	614
4.2. Do procedimento da reconvenção no Processo do Trabalho.....	616
4.3. Da reconvenção nas ações de natureza dúplice na esfera processual do trabalho .....	618
4.4. Reconvenção de reconvenção no Processo do Trabalho .....	620

## **Capítulo XV – Das Provas no Processo do Trabalho**

### **1ª Parte – Teoria Geral das Provas no Processo do Trabalho**

1.1. Do conceito e finalidade da prova.....	621
1.1.1. Da verdade para fins processuais (a superação dos conceitos de verdade real e formal) .....	624
1.2. Objeto da prova.....	626
1.3. Das máximas de experiência e a prova no Processo do Trabalho .....	630
1.4. Da prova do Direito no Direito Processual do Trabalho .....	631

1.5. Princípios da prova no Direito Processual do Trabalho .....	632
1.5.1. Necessidade da prova .....	632
1.5.2. Contraditório e ampla defesa.....	632
1.5.3. Licitude e probidade da prova.....	633
1.5.4. Oralidade .....	633
1.5.5. Aquisição processual da prova no Processo do Trabalho .....	635
1.5.6. Livre-convencimento motivado do Juiz .....	636
1.5.7. Busca da verdade real.....	636
1.5.8. Aptidão para a prova.....	637
1.5.9. Princípio da lealdade processual e boa-fé.....	639
1.6. A prova emprestada no Direito Processual do Trabalho .....	640
1.6.1. Requisitos para utilização da prova emprestada no Direito Processual do Trabalho ..	644
1.7. Ônus da prova no Direito Processual do Trabalho .....	646
1.7.1. O ônus da prova e o fato negativo .....	650
1.8. Da inversão do ônus da prova no Direito Processual do Trabalho .....	651
1.8.1. A moderna teoria da carga dinâmica do ônus da prova.....	654
1.9. A revelia e a produção de provas no Direito Processual do Trabalho .....	658
1.10. Valoração da prova no Direito Processual do Trabalho.....	663
1.10.1. Da aplicação do princípio <i>in dubio pro operario</i> na valoração da prova pelo Juiz do Trabalho.....	666
1.11. Dos poderes instrutórios do Juiz do Trabalho.....	668
1.12. Da prova ilícita no Direito Processual do Trabalho.....	672
1.12.1. A prova ilícita e o Juiz do Trabalho .....	678
1.13. Fases do procedimento probatório.....	679

## 2<sup>a</sup> Parte – Das Provas em Espécie

2.1. Interrogatório e depoimento pessoal .....	681
2.1.1. Dos conceitos de interrogatório e depoimento pessoal .....	681
2.1.2. Da compatibilidade do depoimento pessoal com o Processo do Trabalho e sua importância prática.....	684
2.2. Da confissão .....	688
2.3. Da prova documental.....	692
2.3.1. Da exibição de documentos.....	696
2.3.2. Documentos trabalhistas típicos.....	697
2.3.2.1. Carteira de Trabalho e Previdência Social .....	697
2.3.2.2. Recibos de pagamento e quitação e cartões de ponto.....	698
2.3.2.3. Da oportunidade de juntada dos documentos.....	700
2.3.3. Da autenticidade dos documentos no Processo do Trabalho .....	702
2.3.4. Do incidente de falsidade no Direito Processual do Trabalho .....	704
2.3.5. Valoração do documento no processo do trabalho.....	706
2.4. Da prova testemunhal no Processo do Trabalho.....	707
2.4.1. Do conceito e admissibilidade da prova testemunhal no Processo do Trabalho.....	707

2.4.2. Da capacidade para ser testemunha. Das incapacidades, impedimentos e suspeições das testemunhas no Processo do Trabalho .....	710
2.4.3. Depoimento da testemunha menor de 18 anos no Processo do Trabalho.....	716
2.4.4. Número máximo de testemunhas no Processo do Trabalho .....	718
2.4.5. Da qualificação da testemunha. A testemunha que não porta documento poderá ser ouvida?.....	719
2.4.6. Da contradita .....	721
2.4.7. Da substituição das testemunhas.....	722
2.4.8. Da produção da prova testemunhal no Processo do Trabalho.....	722
2.4.9. Da acareação das testemunhas e testemunhas e partes .....	725
2.4.9.a. Da valoração da prova testemunhal pelo Juiz do Trabalho .....	726
2.4.9.b. Do falso testemunho no Processo do Trabalho e o Juiz do Trabalho diante do falso testemunho.....	729
2.5. Da prova pericial .....	731
2.5.1. Sistemática da realização das perícias .....	734
2.5.2. Da valoração da prova pericial.....	736
2.5.3. Do pagamento dos honorários periciais.....	738
2.6. Da inspeção judicial no Direito Processual do Trabalho.....	743

## **Capítulo XVI – Sentença e Coisa Julgada**

### **1ª Parte – Da Sentença Trabalhista**

1. Conceito e natureza jurídica.....	747
2. Princípios da sentença trabalhista .....	751
3. Requisitos estruturais da sentença trabalhista.....	751
4. Classificação das sentenças.....	757
5. Nulidades da sentença .....	758
6. Possibilidade de julgamento <i>extra petita</i> ou <i>ultra petita</i> no Processo do Trabalho — Princípio da ultrapetição .....	763
7. Da inalterabilidade da sentença após a publicação.....	764
7.1. A sentença trabalhista e a hipoteca judiciária .....	765
8. Da sentença de improcedência liminar (aplicação do art. 285-A do CPC ao Processo do Trabalho) .....	767
8.1. Da compatibilidade do art. 285-A do CPC ao Processo do Trabalho .....	770

### **2ª Parte – Da Coisa Julgada no Direito Processual do Trabalho**

9. Conceito. Coisa julgada material e coisa julgada formal.....	774
10. Limites subjetivos da coisa julgada .....	777
11. Limites objetivos da coisa julgada .....	778
12. Dos efeitos da coisa julgada criminal no Processo do Trabalho .....	780
13. Relativização da coisa julgada material no Processo do Trabalho .....	782

## **Capítulo XVII – Dos Ritos Sumaríssimo e Sumário no Processo do Trabalho**

1. Dos ritos sumário e sumaríssimo trabalhistas .....	786
2. Do rito sumário .....	787

3. Do rito sumaríssimo .....	788
3.1. Da obrigatoriedade ou facultatividade do rito sumaríssimo .....	789
3.2. Da possibilidade de conversão do rito sumaríssimo para ordinário .....	790
3.3. Da aplicabilidade do rito sumaríssimo .....	791
3.4. Requisitos da petição inicial no rito sumaríssimo e possibilidade de emenda da inicial ...	792
3.5. Da citação por edital no rito sumaríssimo .....	794
3.6. Aspectos do procedimento sumaríssimo.....	796

## Capítulo XVIII – Recursos no Processo do Trabalho

### 1ª Parte – Teoria Geral dos Recursos Trabalhistas

1.1. Dos recursos — conceito, fundamentos e natureza jurídica .....	801
1.1.1. Classificação dos recursos .....	803
1.2. Princípios dos recursos trabalhistas .....	805
1.2.1. Duplo grau de jurisdição.....	805
1.2.2. Taxatividade .....	809
1.2.3. Singularidade ou unirrecorribilidade .....	810
1.2.4. Fungibilidade .....	811
1.2.5. Proibição da <i>reformatio in pejus</i> .....	814
1.2.6. Variabilidade.....	815
1.2.7. Dialeticidade.....	816
1.2.8. Irrecorribilidade em separado das decisões interlocutórias .....	817
1.3. Da remessa necessária ou recurso de ofício .....	818
1.4. Recursos e direito intertemporal .....	820
1.5. Decisões irrecorribíveis no Processo do Trabalho .....	821
1.5.1. Decisão interlocutória .....	821
1.5.2. Dissídios de alçada (irrecorribilidade) .....	827
1.5.3. Despachos .....	830
1.6. Pressupostos recursais .....	831
1.6.1. Pressupostos recursais intrínsecos ou subjetivos.....	833
1.6.1.1. Cabimento .....	833
1.6.1.2. Legitimidade.....	833
1.6.1.3. Interesse recursal.....	835
1.6.2. Pressupostos recursais extrínsecos ou objetivos .....	839
1.6.2.1. Preparo .....	839
1.6.2.2. Depósito recursal.....	839
1.6.2.3. Regularidade formal .....	852
1.6.2.4. Assinatura.....	856
1.6.2.5. Tempestividade.....	857
1.7. Efeitos dos recursos trabalhistas.....	857
1.7.1. Do efeito devolutivo .....	857
1.7.2. Efeito translativo .....	861

1.7.3. Regressivo.....	862
1.7.4. Substitutivo .....	863
1.7.5. Suspensivo.....	863
1.8. Do processamento dos recursos trabalhistas .....	864
1.9. Do art. 557 do CPC (majoração dos poderes do relator) .....	869

## **2ª Parte – Dos Recursos Trabalhistas em Espécie**

2.1. Do recurso ordinário .....	872
2.1.1. Conceito e requisitos.....	872
2.1.2. Da Súmula impeditiva de recursos prevista no art. 518 do CPC e o recurso ordinário .....	876
2.1.3. O § 3º do art. 515 do CPC e a teoria da causa madura e sua aplicação no recurso ordinário trabalhista.....	881
2.1.4. O § 4º do art. 515 do CPC (saneamento das nulidades no recurso ordinário) .....	886
2.2. Recurso de revista.....	889
2.2.1. Conceito .....	889
2.2.2. Requisitos específicos do recurso de revista.....	891
2.2.2.1. Pressupostos objetivos.....	891
2.2.2.2. Pressupostos subjetivos .....	892
2.2.3. Hipóteses de cabimento .....	897
2.2.4. Execução de sentença.....	902
2.2.5. Rejeição liminar do recurso de revista pelo relator .....	903
2.2.6. Recurso de revista no rito sumaríssimo .....	904
2.2.7. Transcendência no recurso de revista.....	905
2.2.8. Efeitos do recurso de revista .....	908
2.2.8.1. Efeito devolutivo .....	908
2.2.8.2. Efeito suspensivo no recurso de revista.....	910
2.3. Dos embargos de declaração.....	910
2.3.1. Conceito e natureza jurídica .....	910
2.3.2. Hipóteses cabíveis .....	911
2.3.3. Caráter infringente dos embargos (efeito modificativo) .....	913
2.3.4. Embargos de declaração em face de decisão interlocutória .....	913
2.3.5. Embargos de declaração e contraditório .....	914
2.3.6. Embargos de declaração protelatórios e multa.....	915
2.3.7. Embargos de declaração e prequestionamento .....	916
2.3.8. Do processamento dos embargos de declaração .....	917
2.4. Agravo de instrumento .....	918
2.5. Agravo de petição .....	923
2.5.1. Delimitação das matérias objeto da controvérsia .....	925
2.5.2. Procedimento .....	927
2.6. Do recurso adesivo no Processo do Trabalho .....	927
2.6.1. Compatibilidade com o Processo do Trabalho e requisitos.....	928
2.7. Pedido de revisão.....	929

2.8. Embargos no TST .....	930
2.8.1. Embargos infringentes.....	934
2.8.2. Embargos de divergência.....	935
2.8.3. Embargos de nulidade.....	936
2.8.4. Processamento dos embargos no TST .....	937
2.9. Do recurso extraordinário no âmbito trabalhista .....	938
2.9.1. Da repercussão geral no recurso extraordinário.....	940
2.9.2. Do processamento do recurso extraordinário .....	942
2.9.3. Recurso extraordinário e execução de sentença trabalhista.....	943
2.10. Do agravo regimental .....	944

## **Capítulo XIX – Da Liquidação de Sentença Trabalhista**

1. Do conceito de liquidação de sentença e sua natureza jurídica.....	947
2. Da liquidação por cálculos no Processo do Trabalho. Procedimento e impactos da Lei n. 11.232/2005.....	950
3. Se o reclamante não apresentar os cálculos, há prescrição intercorrente? .....	954
4. Liquidação por arbitramento .....	955
5. Liquidação por artigos .....	956
6. Da revelia na liquidação de sentença trabalhista .....	958
7. Da natureza da decisão que decide a liquidação no Processo do Trabalho e impugnabilidade .....	959
8. Liquidação de títulos executivos extrajudiciais no Processo do Trabalho .....	962

## **Capítulo XX – Da Execução na Justiça do Trabalho**

1. Introdução e aspectos críticos.....	964
2. Do conceito de execução trabalhista .....	965
3. Dos princípios da execução trabalhista .....	966
3.1. Primazia do credor trabalhista.....	966
3.2. Princípio do meio menos oneroso para o executado.....	967
3.3. Princípio do título .....	967
3.4. Redução do contraditório .....	968
3.5. Patrimonialidade .....	969
3.6. Efetividade .....	969
3.7. Utilidade .....	969
3.8. Disponibilidade .....	970
3.9. Função social da execução trabalhista .....	970
3.10. Subsidiariedade .....	970
3.11. Princípio da ausência de autonomia da execução trabalhista (procedimento sincrético) ....	971
3.12. Princípio do impulso oficial.....	973
4. Dos pressupostos processuais e condições da ação na execução .....	973
5. Do mérito da execução .....	975

6. Do título executivo .....	976
7. Títulos executivos judiciais .....	979
8. Títulos executivos extrajudiciais .....	982
9. Do procedimento da execução por títulos executivos extrajudiciais no Processo do Trabalho...	986
10. Da competência para a execução trabalhista .....	988
11. Legitimidade para promover a execução .....	989
11.1. Ativa.....	989
11.2. Da legitimidade ativa do espólio e sucessores .....	990
11.3. (Cessionário) Da cessão do crédito trabalhista.....	991
11.4. Do sub-rogado .....	992
11.5. Da legitimidade passiva .....	993
12. Da responsabilidade patrimonial .....	993
13. Da responsabilidade patrimonial secundária .....	994
13.1. Sucessão de empresas (empregadores) .....	995
13.2. Da responsabilidade do sócio (desconsideração da personalidade jurídica) .....	999
13.3. Do sócio que se retirou da sociedade há mais de 2 anos da data do ingresso da ação.....	1006
13.3.1. Teoria inversa da desconsideração da personalidade jurídica .....	1009
13.4. Bens do cônjuge.....	1010
13.5. Da responsabilidade do devedor subsidiário .....	1011
13.6. Responsabilidade da empresa do mesmo grupo econômico que não participou da fase de conhecimento .....	1016
14. Da fraude de execução no Processo do Trabalho.....	1018
14.1. Da fraude de execução e fraude contra credores .....	1022
14.2. Da fraude de execução (penhora de bem imóvel) .....	1025
15. Do ato atentatório à dignidade da Justiça .....	1027
16. Da execução provisória na Justiça do Trabalho .....	1030
16.1. A nova execução provisória no Processo Civil e sua aplicabilidade no Processo do Trabalho .....	1032
16.2. Da penhora de dinheiro na execução provisória .....	1040
16.3. Execução provisória de obrigação de fazer.....	1043
17. Da audiência de conciliação na execução .....	1044
18. Da execução em face da massa falida e empresa em recuperação judicial.....	1045
18.1. Da alienação de bens durante o procedimento de recuperação judicial e a sucessão para fins trabalhistas .....	1050
18.2. Execução em face de empresas em liquidação extrajudicial.....	1053
19. Da execução das obrigações de fazer e não fazer na Justiça do Trabalho .....	1055
20. Execução em face da Fazenda Pública.....	1058
21. Da execução de parcelas sucessivas .....	1067
22. Execução da parcela previdenciária .....	1068
23. Execução das multas administrativas aplicadas ao empregador pelos órgãos de fiscalização do trabalho.....	1077
24. Execução de sentença trabalhista por quantia certa contra devedor solvente.....	1079
24.1. Do procedimento da CLT .....	1079

24.2. Do início da execução trabalhista e da citação do executado .....	1081
24.3. Do procedimento de cumprimento de sentença previsto no CPC — Art. 475-J do CPC .....	1083
24.4. Da aplicabilidade do art. 475-J do CPC ao Processo do Trabalho .....	1084
24.5. Protesto extrajudicial da sentença trabalhista não cumprida .....	1099
24.6. Da certidão negativa de débitos trabalhistas.....	1101
25. Da penhora .....	1107
25.1. Conceito e efeitos da penhora .....	1107
25.2. Da indicação de bens à penhora, constrição e garantia do juízo .....	1109
25.3. Dos bens impenhoráveis.....	1111
25.4. Da impenhorabilidade do bem de família.....	1112
25.5. Da penhora de dinheiro e bloqueio de contas bancárias .....	1118
25.6. Da penhora de salário e do salário depositado em caderneta de poupança.....	1120
25.7. Penhora de bens imóveis .....	1124
25.7.1. Do registro da penhora do imóvel e consequências.....	1127
25.8. Da penhora do imóvel hipotecado .....	1128
25.9. Penhora de bem gravado com alienação fiduciária em garantia.....	1131
25.10. Penhora de bem gravado com <i>leasing</i> .....	1133
25.11. Penhora de crédito.....	1134
25.12. Penhora no rosto dos autos .....	1135
25.13. Penhora de faturamento .....	1136
25.14. Da penhora de empresa e do estabelecimento comercial.....	1137
25.15. Substituição de penhora .....	1139
25.16. Mais de uma penhora sobre o mesmo bem (concurso de credores na Justiça do Trabalho) .....	1140
25.16.1. Do arresto cautelar (art. 653 do CPC).....	1141
25.17. Do auto de penhora .....	1142
26. Da avaliação dos bens penhorados .....	1143
27. Do depósito dos bens penhorados e depositário .....	1146
28. Depositário infiel — prisão determinada pelo Juiz do Trabalho.....	1149
29. Dos meios de defesa do executado e terceiro em face da execução .....	1157
29.1. Embargos à execução (título executivo judicial).....	1157
29.1.1. Do conteúdo dos embargos à execução .....	1159
29.1.2. Do processamento dos embargos à execução .....	1166
30. Embargos à execução por título executivo extrajudicial .....	1169
30.1. Parcelamento da execução (art. 745-A do CPC) e sua compatibilidade com o Processo do Trabalho .....	1170
31. Da exceção de pré-executividade na Justiça do Trabalho .....	1171
32. Dos embargos de terceiro.....	1176

## Da Fase de Expropriação de Bens

33. Da hasta pública.....	1180
34. Formalidades da hasta pública .....	1182

35. Expropriação.....	1185
35.1. Arrematação — conceito e legitimidade para arrematar.....	1186
35.2. Da arrematação parcelada de bens imóveis (art. 690, do CPC, com a redação dada pela Lei n. 11.382/06) e sua compatibilidade com o Processo do Trabalho .....	1189
35.3. Adjudicação .....	1190
35.4. Remição da execução .....	1192
35.5. Remição de bens .....	1194

## **Prioridade no Processo do Trabalho**

36. Lance mínimo .....	1195
37. Lance vil.....	1197
38. Lance vil no Processo do Trabalho .....	1200
39. Impugnação da expropriação no Processo do Trabalho .....	1204
40. Da adjudicação antes da hasta pública (art. 685-A do CPC, com a redação dada pela Lei n. 11.382/06) e o Processo do Trabalho.....	1207
41. Alienação por iniciativa particular (art. 685-C do CPC, com a redação dada pela Lei n. 11.382/06) e o Processo do Trabalho.....	1209
42. Alienação por rede mundial de computadores .....	1210
43. Suspensão e extinção da execução no Processo do Trabalho .....	1211

## **Capítulo XXI – Procedimentos Especiais Trabalhistas**

1. Inquérito judicial para apuração de falta grave .....	1213
1.1. Do procedimento do inquérito judicial para apuração de falta grave .....	1216
1.2. Efeitos da decisão proferida no inquérito para apuração de falta grave.....	1217
1.3. Inquérito judicial para apuração de falta grave (natureza díplice) e reconvenção .....	1218
2. Dissídio coletivo .....	1218
2.1. Dos conflitos coletivos trabalhistas e do interesse coletivo.....	1218
2.2. Do poder normativo da Justiça do Trabalho brasileira.....	1220
2.3. Do dissídio coletivo — conceito e espécies.....	1225
2.4. A questão do comum acordo para ajuizar o dissídio coletivo de natureza econômica .....	1227
2.5. A questão do comum acordo nos dissídios de greve e a legitimidade do Ministério Público do Trabalho .....	1237
2.6. Limites da competência normativa da Justiça do Trabalho brasileira .....	1239
2.7. O poder normativo se transformou em arbitragem judicial após a EC n. 45/04?.....	1241
2.8. Como resolver o impasse se o sindicato forte se recusa a negociar?.....	1242
2.9. Do procedimento no dissídio coletivo e questões processuais.....	1244
2.9.1. Da revelia no dissídio coletivo .....	1247
2.9.2. Da sentença normativa, recursos e coisa julgada no dissídio coletivo .....	1248
3. Da ação de cumprimento .....	1252
3.1. Competência da Justiça do Trabalho para a ação de cumprimento .....	1254
3.2. Legitimidade.....	1255
3.3. Dilação probatória.....	1256
3.4. Prescrição .....	1256

## **Capítulo XXII – Ações Civis Admissíveis no Processo do Trabalho**

### **Das Tutelas de Urgência Previstas no Código de Processo Civil e o Processo do Trabalho**

1. Conceito e espécies.....	1257
1.1. Da fungibilidade das tutelas de urgência .....	1258
2. Da tutela antecipada e o Processo do Trabalho.....	1260
2.1. Da impugnação da medida que aprecia a tutela antecipada no Processo do Trabalho.....	1266
2.2. Da execução da tutela antecipada no Processo do Trabalho .....	1267
2.3. Da tutela antecipada das obrigações de fazer e não fazer e dar no Processo do Trabalho.....	1269
2.4. A tutela antecipada em face da Fazenda Pública .....	1270
3. Da tutela inibitória e sua aplicação no Processo do Trabalho .....	1272
4. Da tutela cautelar. Medidas cautelares e o Processo do Trabalho .....	1274
4.1. Teoria geral do Processo Cautelar.....	1274
4.2. Do poder geral da cautela do Juiz do Trabalho.....	1277
4.3. Espécies de medidas cautelares.....	1278
4.4. Do procedimento das medidas cautelares no Processo do Trabalho.....	1279
4.5. Das medidas cautelares em espécie.....	1283
5. Da ação rescisória na Justiça do Trabalho .....	1288
5.1. Conceito e natureza jurídica.....	1288
5.2. Hipóteses de cabimento da ação rescisória .....	1293
5.3. Legitimidade para propor a ação rescisória .....	1299
5.4. Competência .....	1299
5.5. Da revelia na ação rescisória .....	1300
5.6. Procedimento na Justiça do Trabalho .....	1300
5.7. Prazo para a propositura da ação rescisória.....	1304
6. Da Ação Civil Pública na esfera trabalhista.....	1305
6.1. Do conceito de Ação Civil Pública. Natureza jurídica e aplicabilidade no Processo do Trabalho .....	1305
6.2. Competência para as ações coletivas na Justiça do Trabalho.....	1311
6.3. Da legitimidade para a propositura da Ação Civil Pública .....	1314
6.4. Litispendência entre a Ação Civil Pública e a Ação Individual.....	1318
6.5. Prescrição da pretensão nas ações coletivas trabalhistas .....	1320
6.6. Sentença e coisa julgada na Ação Civil Pública .....	1321
7. Da ação civil coletiva.....	1325
8. Da ação de consignação em pagamento na Justiça do Trabalho .....	1327
9. Ação anulatória na Justiça do Trabalho.....	1330
9.1. Ação anulatória de normas convencionais na Justiça do Trabalho.....	1333
9.1.1. Legitimidade .....	1337
9.1.2. Competência material.....	1342
9.1.3. Competência hierárquica ou funcional.....	1343
10. Correição parcial na Justiça do Trabalho.....	1346

11. <i>Habeas corpus</i> na Justiça do Trabalho.....	1349
11.1. Conceito e natureza jurídica .....	1349
11.2. Competência da Justiça do Trabalho.....	1350
11.3. Hipóteses de cabimento na Justiça do Trabalho.....	1351
11.4. Competência funcional e procedimento .....	1354
12. Ação Monitória.....	1356
12.1. A Ação Monitória no Direito Processual do Trabalho.....	1360
12.2. Do procedimento da Ação Monitória na Justiça do Trabalho .....	1364
12.3. Da Ação Monitória em face da Fazenda Pública .....	1365
13. Mandado de segurança na Justiça do Trabalho .....	1366
13.1. Conceito de mandado de segurança.....	1366
13.2. Do direito líquido e certo .....	1367
13.3. Das competências material e funcional para o mandado de segurança .....	1370
13.4. Mandado de segurança em face de decisão interlocutória e na execução da sentença trabalhista.....	1372
13.5. Procedimento do mandado de segurança na Justiça do Trabalho.....	1373
13.6. Da liminar e da recorribilidade da decisão que a aprecia.....	1378
13.7. Da recorribilidade da decisão no mandado de segurança .....	1380
13.8. Do prazo para impetração do mandado de segurança .....	1380
13.9. Do mandado de segurança coletivo .....	1381
14. O <i>habeas data</i> na Justiça do Trabalho.....	1383
15. Ações Possessórias na Justiça do Trabalho .....	1385
15.1. Do interdito proibitório.....	1388
<b>Bibliografia .....</b>	<b>1391</b>

*Há homens que lutam um dia e são bons.*

*Há outros que lutam um ano e são melhores.*

*Há os que lutam muitos anos e são muito bons.*

*Mas há os que lutam toda a vida; estes são imprescindíveis.*

(Bertold Brecht)



---

## Nota à Sétima Edição

Novamente, sou grato a todos que leram esta obra, especialmente aos meus alunos, aos professores de direito processual do trabalho, aos estudantes, aos advogados, aos servidores da justiça, aos juízes, aos procuradores e aos candidatos aos concursos da área trabalhista, pelo incentivo, pelas sugestões e críticas, maiores responsáveis pela propagação deste livro e também pela continuidade dos meus estudos.

Nesta edição, todos os capítulos foram revisados e ampliados em compasso com as modernas tendências da doutrina e jurisprudência do Processo do Trabalho. Novas obras foram pesquisadas, bem como novas edições de obras já citadas foram analisadas e incorporadas ao texto. Muitas ementas dos Tribunais Superiores, bem como dos Tribunais Regionais do Trabalho foram analisadas e muitas incorporadas à obra, visando a dar ao leitor um panorama doutrinário e jurisprudência do Direito Processual do Trabalho de nosso país.

Novas tendências da ciência processual, tanto do Anteprojeto do CPC como do Anteprojeto da Execução Trabalhista, foram analisadas e citadas na obra, naquilo que é mais relevante para o processo trabalhista.

No ano que passou tivemos a oportunidade de ministrar muitas aulas e palestras em Congressos e Seminários Jurídicos, Escolas Judiciais e Cursos de Pós-Graduação, discutir, francamente, temas polêmicos do direito processual do trabalho com professores, desembargadores, juízes, advogados e estudantes, o que ampliou nosso horizonte e contribuiu, de forma significativa, para o aperfeiçoamento da obra.

Nesta edição, demos especial atenção aos princípios constitucionais e infraconstitucionais do processo do trabalho, hermenêutica constitucional do processo, ações coletivas para substituição processual na Justiça do Trabalho, audiência trabalhista, recursos e execução.

Estamos convencidos de que o direito processual do trabalho está evoluindo. Os Tribunais Trabalhistas vêm adotando decisões mais flexíveis quanto à técnica processual, e voltadas para instrumentalidade e efetividade processual. Além disso, a paulatina implantação do Processo Judicial Eletrônico está nas Varas e Tribunais Trabalhistas esta provocando a mudança de certos costumes na Justiça do Trabalho e criando um novo método de pensar e aplicar o direito processual.

Indiscutivelmente, o procedimento oral trabalhista e a principiologia do processo do trabalho são muito fortes e têm sustentado a autonomia e efetividade da jurisdição trabalhista, entretanto, a cada dia novos institutos processuais vão sendo incorporados ao cotidiano da Justiça do Trabalho. Apesar de todas as vicissitudes que enfrenta, a Justiça do Trabalho, por meio do processo do trabalho, que é o seu instrumento de atuação, vem cumprindo sua missão constitucional de materializar, nos casos concretos, a norma trabalhista, e assegurar o acesso do trabalhador à Justiça, com efetividade e celeridade.

O autor  
*mauro.schiavi@uol.com.br*

---

## Nota à Sexta Edição

Novamente, sou grato a todos que leram esta obra, especialmente aos meus alunos, aos professores de direito processual do trabalho, aos estudantes, aos advogados, aos servidores da justiça, aos juízes, aos procuradores e aos candidatos aos concursos da área trabalhista pelo incentivo, pelas sugestões e críticas, maiores responsáveis pela propagação deste livro e também pela continuidade dos meus estudos.

Nesta sexta edição, a obra foi sensivelmente atualizada e ampliada em compasso com as novas tendências da doutrina e jurisprudência do processo do trabalho.

Muitos capítulos foram ampliados e outros reescritos.

A obra também incorpora e analisa as recentes alterações da jurisprudência do TST, bem como as novas Súmulas do STJ em matéria processual.

Foram incorporadas à obra não só as recentes alterações da CLT em matéria processual, mas também do Código de Processo Civil, e legislação processual disciplinada em leis esparsas.

O capítulo sobre os princípios do processo do trabalho foi totalmente atualizado e reformulado, buscando destacar as novas tendências constitucionais do processo, e, sobretudo, fortificar as vigas mestras e a importância da teoria geral do processo do trabalho no cenário processual.

Os recursos merecem especial atenção, considerando-se os problemas práticos do cotidiano forense trabalhista, bem como as necessidades de justiça e efetividade do sistema recursal trabalhista. Mereceram destaque os tópicos referentes à teoria geral dos recursos, recurso de revista e recurso extraordinário para o STF, bem como os requisitos da transcedência e repercussão geral.

A execução também mereceu enfoque especial, considerando-se os problemas que surgem no cotidiano da Justiça do Trabalho, a exemplo da penhora do bem de família, concurso de credores, prisão de depositário judicial infiel, protesto extra-judicial da sentença trabalhista, penhora de dinheiro e a possibilidade de execução de títulos executivos extrajudiciais na Justiça do Trabalho.

Houve especial atenção do autor ao caráter prático da obra, apresentando caminhos para soluções de problemas que acontecem no cotidiano da Justiça do Trabalho, e que são de difícil solução.

O livro mantém sua proposta inicial de apresentar o maior número de informações possível ao leitor, com os diversos posicionamentos da doutrina e da jurisprudência, apresentando as visões majoritária e minoritária, mas sempre destacando a opinião pessoal do autor.

Espero que a obra continue sendo útil a todos que a consultarem.

O autor  
*mauro.schiavi@uol.com.br*

---

## Nota à Quinta Edição

Sou grato, novamente, a todos que leram esta obra, especialmente aos meus alunos, aos professores de direito processual do trabalho, aos estudantes, aos advogados, aos servidores da justiça, aos juízes, aos procuradores e aos candidatos aos concursos da área trabalhista pelo incentivo, pelas sugestões e pelas críticas, maiores responsáveis pela propagação deste livro e também pela continuidade dos meus estudos.

Esta quinta edição foi trabalhada durante todo o ano de 2011, ocasião em que concluí tese de doutorado sobre os princípios do processo do trabalho, bem como atualizei outras duas obras (Provas no Processo do Trabalho — 2<sup>a</sup> edição — e Execução no Processo do Trabalho — 3<sup>a</sup> edição). Esses trabalhos provocaram novas reflexões, e também o aperfeiçoamento de diversos capítulos desta obra, principalmente, os atinentes à teoria geral do Processo do Trabalho, provas e execução.

Muitas obras surgiram no ano de 2011, bem como houve várias reedições de obras já consagradas; muitas delas foram incorporadas ao texto deste livro, e outras foram lidas, analisadas e citadas na bibliografia.

Todos os capítulos da obra foram revisados, alguns alterados, outros aumentados, especialmente os capítulos sobre a teoria geral do direito processual do trabalho, provas, sentença, recursos, execução, ações coletivas e procedimentos especiais.

Foram incorporadas à obra não só as recentes alterações da CLT em matéria processual, mas também do Código de Processo Civil, e legislação processual disciplinada em leis esparsas. Também foram comentadas as novas Súmulas do STF, STJ e TST, e Enunciados da 1<sup>a</sup> Jornada Nacional de Execução.

O capítulo sobre os princípios do processo do trabalho foi totalmente atualizado e reformulado, buscando destacar as novas tendências constitucionais dos processos, e, sobretudo, fortificar as vigas mestras e a importância da teoria geral do processo do trabalho no cenário processual.

A execução mereceu atenção especial, considerando-se os problemas que surgem no cotidiano da Justiça do Trabalho, a exemplo da penhora do bem de família, concurso de credores, prisão de depositário judicial infiel, protesto extrajudicial da sentença trabalhista, penhora de dinheiro e a possibilidade de execução de títulos executivos extrajudiciais na Justiça do Trabalho.

Houve especial atenção do autor ao caráter prático da obra, apresentando caminhos para soluções de problemas que acontecem no cotidiano da Justiça do Trabalho, e que são de difícil solução.

O livro mantém sua proposta inicial de apresentar o maior número de informações possível ao leitor, com os diversos posicionamentos da doutrina e da jurisprudência, apresentando as visões majoritária e minoritária, mas sempre destacando a opinião pessoal do autor.

Espero que a obra continue sendo útil a todos que a consultarem.

O autor  
*mauro.schiavi@uol.com.br*

---

## Nota à Quarta Edição

Sou grato a todos que leram esta obra, especialmente aos meus alunos, professores de direito processual do trabalho, estudantes, advogados, servidores da justiça, juízes, procuradores e candidatos aos concursos da área trabalhista pelo incentivo e sugestões, maiores responsáveis pela propagação desta obra e também pela continuidade dos meus estudos.

A tarefa de atualizar uma obra exige muita paciência, reflexão, pesquisa e cuidado. Por isso, esta empreitada foi realizada durante todo o ano de 2010, a partir da pesquisa de novas obras, reedições de obras já existentes, alteração da legislação, análise criteriosa das novas tendências da jurisprudência trabalhista, indagações de alunos em sala de aula, questões complexas enfrentadas em processos judiciais, amadurecimento de ideias e muito trabalho.

Todos os capítulos da obra foram revisados, alguns alterados, outros, aumentados, especialmente os capítulos sobre a teoria geral do direito processual do trabalho, provas, sentença, recursos, execução, ações coletivas e procedimentos especiais.

Foram incorporadas à obra as recentes alterações da CLT em matéria processual, bem como do Código de Processo Civil, e legislação processual disciplinada em leis esparsas. Também foram comentadas as novas Súmulas do STF, STJ e TST.

O obra defende a autonomia científica do Direito Processual do Trabalho, bem como enaltece os instrumentos processuais trabalhistas que propiciam maior e melhor eficácia na aplicação e materialização do direito. Entretanto, em pontos específicos, em que a legislação processual trabalhista está com pouca efetividade ou já ultrapassada, defende-se a aplicação do Direito Processual Civil como forma de melhoria da prestação jurisdicional trabalhista, em compasso com a principiologia que rege o Direito Processual do Trabalho.

O livro mantém sua proposta inicial de apresentar o maior número de informações possíveis ao leitor com os diversos posicionamentos da doutrina e jurisprudência, sempre destacando a opinião pessoal do autor.

Espero que a obra continue sendo útil a todos que a consultarem.

O autor  
*mauro.schiavi@uol.com.br*



---

## Nota à Terceira Edição

Novamente, agradeço a todos que os leram este livro, realizaram sugestões e críticas, contribuindo para o seu aperfeiçoamento.

Sou grato aos meus alunos, professores de direito processual do trabalho, estudantes, advogados, servidores da justiça, juízes, procuradores e candidatos aos concursos da Magistratura, Ministério Público do Trabalho e OAB pelo incentivo, maiores responsáveis pela propagação desta obra e também pela continuidade dos meus estudos.

Durante o ano de 2009, além da atualização de outros livros, dediquei-me, intensamente, à atualização da 3<sup>a</sup> edição desta obra e também da 2<sup>a</sup> edição do livro *Execução no Processo do Trabalho*, o que exigiu trabalho árduo de reflexão e pesquisa. Neste período, realizei inúmeros estudos de forma autônoma, e também no Curso de Doutorado na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, os quais foram incorporados à obra. Além disso, foram consideradas as experiências obtidas das inúmeras aulas que ministrei em cursos preparatórios, pós-graduações, palestras em congressos e seminários, e também dos milhares de processos que apreciei na condição de magistrado em São Paulo.

Várias obras de qualidade surgiram sobre o Direito Processual do Trabalho e também novas edições de obras já consagradas junto à comunidade jurídica, as quais foram incorporadas a esta nova edição.

Foram destacadas as modernas tendências da Justiça do Trabalho e do Processo do Trabalho, sem deixar de lado a doutrina clássica, a jurisprudência consolidada dos Tribunais, e a praxe das Varas e Tribunais Trabalhistas.

Houve decisões importantes do Supremo Tribunal Federal sobre a constitucionalidade da passagem do conflito trabalhista pelas Comissões de Conciliação Prévia, competência da Justiça do Trabalho para o dano moral em ricochete, e prisão do depositário infiel, as quais foram analisadas e incorporadas à presente edição.

Esta edição analisa as recentes leis processuais que alteraram o processo do trabalho (Lei n. 11.925/09), e do mandado de segurança (Lei n. 12.016/09).

Praticamente, todos os capítulos da obra foram revisados e ampliados, com a doutrina mais recente e a jurisprudência mais significativa dos tribunais.

Foi mantida a característica inicial da obra de apresentar as posições divergentes sobre o tema, com o maior número de informações possíveis da doutrina e jurisprudência, a fim de facilitar a pesquisa do estudante e do profissional sobre cada tema que disciplina o Direito Processual do Trabalho. Não obstante, a posição pessoal do autor sempre foi destacada e defendida.

O autor  
*mauro.schiavi@uol.com.br*

---

## Nota à Segunda Edição

Agradeço imensamente a todos os leitores desta obra, especialmente aos professores, juízes, procuradores, advogados e estudantes de faculdades de graduação, pós-graduação e candidatos às carreiras jurídicas pelas manifestações positivas sobre a obra, críticas, sugestões e incentivo.

O rápido esgotamento da primeira edição e da segunda tiragem deste livro me incentivou a proceder à intensa revisão do texto, com correção de alguns erros, revisão de alguns pontos de vista, atualização legislativa, bem como a ampliá-la consideravelmente.

Como a obra vem sendo utilizada em cursos de graduação, pós-graduação e, principalmente, em cursos preparatórios para a Magistratura, Ministério Público do Trabalho, Exame de Ordem e Concursos de Analista nos Tribunais Regionais do Trabalho, realizei a inclusão de novas matérias que vêm sendo exigidas nos recentes Concursos da Magistratura e Ministério Público do Trabalho.

Foi realizada pesquisa das obras mais recentes de Direito Processual do Trabalho, bem como das novas edições mais recentes de obras já consagradas, assim como da jurisprudência mais significativa dos Tribunais.

Foram inseridas inúmeras ementas de jurisprudência recente, principalmente, do Tribunal Superior do Trabalho, bem como dos Tribunais Regionais do Trabalho brasileiros, com a finalidade de apresentação do recente panorama jurisprudencial de interpretação do Direito Processual do Trabalho.

Diante da importância do Direito Processual Civil no Processo do Trabalho, também foram pesquisadas obras mais recentes e reedições de obras já consagradas.

Praticamente, todos os capítulos foram ampliados com a doutrina e jurisprudência mais recentes, bem como muitas páginas e parágrafos foram reescritos com a finalidade de tornar a obra mais didática e de fácil entendimento, assim também procuramos apresentar o maior número de informações possíveis sobre cada instituto do Direito Processual do Trabalho.

Foram destacadas as modernas tendências do Processo do Trabalho à luz da moderna teoria geral do processo, bem como as controvérsias mais contundentes da atualidade do processo do trabalho, sem deixar de lado a doutrina clássica, sempre mencionando as posições antagônicas e destacando nossa posição.

Adaptamos a obra aos programas dos Editais da Magistratura, Ministério Público do Trabalho, Analista Judiciário nos TRTs, Exame de Ordem e curso de graduação e pós-graduação (*lato e stricto sensu*).

Espero continuar merecendo a confiança do leitor, com sinceros votos de que esta seja útil a todos que a consultarem.

O autor  
*mauro.schiavi@uol.com.br*

---

# Apresentação

A presente obra é fruto de experiência acumulada em aproximadamente 15 anos de frequência diária à Justiça do Trabalho, como servidor da Justiça do Trabalho (Vara do Trabalho e TRT), nos últimos 7 anos na Magistratura do Trabalho em São Paulo, e também de intensa pesquisa doutrinária e jurisprudencial empreendida nos últimos 5 anos.

Em razão de frequência em cursos de pós-graduação *lato e stricto sensu* e também de termos atuado como professor de faculdades de graduação, pós-graduação e, principalmente, em cursos preparatórios para a OAB, Magistratura e Ministério Público do Trabalho, nas cidades de São Paulo e Campinas, pudemos constatar as necessidades tanto dos alunos, candidatos a concursos públicos, como dos que militam diariamente na Justiça do Trabalho e buscam soluções rápidas para os problemas do cotidiano, mas também necessitam aprofundar-se sobre as discussões doutrinárias e jurisprudenciais dos mais diversos assuntos que envolvem o Processo do Trabalho. Dessa forma, propusemo-nos a redigir o presente Manual, pesquisando e selecionando as melhores obras e melhores temas desenvolvidos por cada doutrinador, tanto do Direito Processual Civil como do Direito Processual do Trabalho, da jurisprudência mais significativa de cada tema, sempre externando nossa opinião sobre os temas de maior controvérsia.

As grandes transformações do Direito do Trabalho e os novos rumos da Justiça do Trabalho impulsionados pela EC n. 45/04 exigem que a Justiça do Trabalho tenha um processo mais efetivo, visando a dar cumprimento ao Direito do Trabalho e garantir o acesso real e célere do trabalhador à Justiça.

Diante das profundas reformas que vem sofrendo o Processo Civil em busca da celeridade e efetividade processual, principalmente na execução, são relevantes e contundentes os impactos das alterações da legislação processual civil no Processo do Trabalho, considerando a aplicação subsidiária permitida pelos art. 769 e 889 da CLT. Por isso, podemos dizer que, a partir da EC n. 45/04 e das recentes alterações do CPC, vivemos a fase de um novo Processo do Trabalho, mais preocupado com os resultados práticos e com a duração razoável do processo.

Em razão da importância do Direito Processual Civil no Processo do Trabalho, estruturamos o livro com base nos programas de Direito Processual do Trabalho e Direito Processual Civil mencionados nos Editais dos últimos concursos da Magistratura e Ministério Público do Trabalho.

Tendo estudado a fundo o Processo do Trabalho diante das recentes alterações do Código de Processo Civil e seus impactos na esfera processual trabalhista, procuramos apresentar uma moderna visão do Processo do Trabalho, sem deixar de lado a doutrina clássica, e tudo que existe de bom na CLT, destacando os institutos e peculiaridades do Processo do Trabalho como sendo um processo de audiência, de partes, mais simples e menos burocratizado, mas também com os olhos voltados para os princípios constitucionais do processo, reconhecendo os recentes avanços do Direito Processual Civil, que podem ser transportados para o Processo do Trabalho, como medida de melhoria da prestação jurisdicional trabalhista e prestígio da dignidade da Justiça do Trabalho como instituição destinada a solucionar os conflitos que envolvem o trabalho humano.